

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado mês de outubro foi tornado público um relatório sobre o sistema prisional e tutelar – “olhar o futuro para guiar a ação presente” que visa uma estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema de execução de penas e medidas tutelares educativas 2017/2027.

Entre as propostas apresentadas sobressai o encerramento de oito estabelecimentos prisionais (EP), a edificação de cinco novos e a requalificação de outros (Olhão, Leiria, Tires) .

Quanto aos Centros educativos (CE) pretende-se encerrar dois na área de Lisboa, requalificar e ampliar um em Lisboa e instalar um no Algarve.

Quanto aos recursos humanos, pretende-se contratar até 2027, 200 novos elementos para o Corpo da Guarda Prisional; 125 técnicos superiores para a área prisional; 238 técnicos superiores para a área penal não prisional e 41 técnicos profissionais de reinserção social. Para os centros educativos prevê-se a contratação de 44 técnicos profissionais de reinserção social.

Tal relatório merece uma análise cuidada dado o seu impacto no sistema prisional, quer financeiro, quer na reforma estrutural e para isso é fundamental dispormos de todos os elementos que fundamentam as propostas apresentadas, bem como informação sobre a audição dos profissionais que trabalham no sistema prisional, cuja participação se considera da maior relevância pois são eles que no dia a dia o fazem funcionar e conhecem os seus principais problemas.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156 da Constituição e da alínea d) do artigo 4 do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do Ministério da Justiça, o seguinte:

- 1.Em que estudos ou trabalhos preparatórios se baseiam as propostas constantes do referido relatório?
- 2.Em que estudos se baseia a movimentação de pessoal prevista, particularmente no que se refere ao Corpo da Guarda Prisional e à respetiva dimensão?
- 3.Qual o nível de participação dos profissionais do sistema prisional nas propostas apresentadas?
4. Que estudos foram realizados para saber que tipo de estabelecimento prisional deve ser construído face à tipificação do recluso do sistema prisional?

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

ANTÓNIO FILIPE(PCP)